

## Entrevista com o Professor Doutor Padre Francisco de Aquino Junior<sup>1</sup>

Hálvaro Carvalho Freire<sup>2</sup>

A entrevista que se segue, realizada em 23 de outubro de 2024, no *campus* da Faculdade Católica de Fortaleza, oferece uma análise envolvente e reflexiva sobre o papel da Igreja Católica na promoção da justiça social, dos direitos humanos e no enfrentamento das desigualdades que permeiam a realidade latino-americana. Os temas explorados revelam a transformação histórica do papel da Igreja, particularmente após o Concílio Vaticano II e as conferências do Episcopado Latino-Americano, como Medellín e Puebla. Mais do que uma instituição religiosa, a Igreja é apresentada como um agente ativo de transformação social, comprometida com os mais vulneráveis e com a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Com isso, a entrevista não apenas ilumina as raízes históricas e espirituais dessa atuação, mas também traça uma linha de continuidade até os dias atuais, com ênfase no magistério do Papa Francisco e seu apelo por uma “Igreja pobre para os pobres”.

Além disso, essa reflexão nos convida a compreender a dimensão espiritual, histórica e prática do papel da Igreja no combate às desigualdades sociais, destacando como ela tem sido um espaço de esperança e ação em contextos marcados pela exclusão e pela injustiça. Ao mesmo tempo, evidencia a importância de uma fé engajada e comprometida com a transformação das estruturas sociais, reafirmando a relevância da missão cristã no mundo contemporâneo.

---

<sup>1</sup> O entrevistado, Prof. Francisco de Aquino Junior, é doutor em Teologia pela Westfälische Wilhelms Universität Münster (2009) e pós-doutor em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2020). Atualmente é efetivo da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do PPG-Teo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: [axejun@yahoo.com.br](mailto:axejun@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8142-3280>.

<sup>2</sup> O entrevistador, Prof. Hálvaro Carvalho Freire, é doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com um período sanduíche na Martin Luther Universität Halle Wittenberg (MLU-Alemanha). Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade do Porto – Portugal. É coordenador da linha de pesquisa História das Ideias Filosóficas Brasileiras do Centro de Estudos em Filosofia Brasileira da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). Membro permanente do Grupo de Trabalho (GT) Pensamento Filosófico Brasileiro da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF). Professor da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). E-mail: [halwarocf@yahoo.com.br](mailto:halwarocf@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5954-8439>.

No campo da filosofia, a análise apresentada por essa entrevista abre caminhos para a reflexão crítica e sistemática sobre os fundamentos éticos e metafísicos que orientam a relação entre religião e justiça social. Ela inspira uma abordagem filosófica que transcende as fronteiras confessionais, permitindo a exploração de temas como o bem comum, a dignidade humana, a solidariedade e o papel das instituições na construção de uma sociedade mais equitativa.

**Pergunta 1 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): De que maneira a Igreja tem atuado na promoção de direitos humanos e justiça social?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** A fé cristã e a missão evangelizadora da Igreja têm uma dimensão sociopolítica fundamental e isso tem a ver, fundamentalmente, com a promoção dos direitos humanos e da justiça social. Essa consciência de que a Igreja existe no mundo e a serviço do mundo cresceu muito, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, no começo dos anos 1960, e de sua recepção na Igreja da América Latina a partir da Conferência de Medellín, em 1968. A Igreja, portanto, não existe para si mesma, mas para a salvação do mundo, e por isso ela não pode se entender em contraposição ao mundo ou indiferente ao que acontece nele.

Nesse sentido, o Concílio Vaticano II provocou uma abertura da Igreja ao mundo e aos grandes problemas das sociedades, e a Igreja da América Latina levou isso às últimas consequências, compreendendo que é missão da Igreja fermentar o mundo com a força do Evangelho, ajudar a construir uma sociedade mais justa e fraterna que seja um sinal do Reino de Deus. Assim, a Igreja entende a si mesma, em sua natureza e em sua missão, como referida no mundo e a serviço no mundo, de modo que quando se envolve com os problemas da sociedade, como lembrou o Papa Paulo VI no encerramento do Concílio, ela não se desvia de sua missão, mas assume a missão que é estar no mundo como instrumento e sacramento de salvação, como sinal e instrumento do Reino. Isso se concretiza em termos de promoção dos direitos humanos e da justiça social.

## **Pergunta 2 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Como a Teologia da Libertação impactou o papel social da Igreja na América Latina?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** A Teologia da Libertação nasce nesse contexto mais amplo de inserção da Igreja no mundo e de compromisso da Igreja com os pobres e a justiça social.

A Teologia é inteligência da fé a serviço da fé. Toda Teologia nasce da fé como serviço à fé. Com a Teologia da Libertação, não poderia ser diferente. Desse modo, ela nasce como inteligência da fé e serviço à Igreja da América Latina, em um contexto de injustiça, de opressão e de compromisso com os pobres. Então, é nesse contexto de abertura e envolvimento da Igreja no mundo e nos grandes problemas sociais, como os contextos de dominação e de ditaduras militares, que a Teologia emerge como consciência de uma fé libertadora, comprometida com os processos de transformação da sociedade.

Portanto, a Teologia da Libertação nasce na Igreja da América Latina, no contexto da Conferência de Medellín, de inserção da Igreja na sociedade. Sua contribuição foi, por um lado, ajudar a Igreja a compreender a necessidade dessa dimensão libertadora da fé, especialmente em um contexto de dominação, opressão e de miséria e, por outro lado, animar as comunidades cristãs a assumirem com seriedade esse compromisso. Nesse sentido, a Teologia da Libertação ajudou a compreender a dimensão libertadora da fé, auxiliou as comunidades e pastorais da Igreja da América Latina a assumirem essa tarefa na sociedade e, assim, qualifica a fé nessa dimensão sociopolítica e libertadora.

A Teologia da Libertação não é simplesmente uma Teologia das questões sociais e políticas, mas chama a atenção para essa dimensão libertadora da fé que repercute na forma como a Igreja atua na sociedade, no modo como se posiciona diante dos grandes problemas sociais. E isso, em termos de Igreja na América Latina, se deu em torno daquilo que a partir da Conferência de Medellín se chamou de *opção preferencial pelos pobres*, expressão que significa que numa sociedade injusta, desigual, de violência e de dominação, a presença e a atuação da Igreja se faz a partir e a serviço dos pobres e de sua libertação. Isso não é uma questão meramente social e política, mas é fundamentalmente espiritual: é o modo mesmo de Deus agir no mundo e na história, como aparece na história de Israel e na prática de Jesus de

Nazaré, a partir de baixo e dos últimos. É isto que faz com que a Igreja tenha o dever evangélico de assumir a causa dos pobres.

Nesse sentido, eu diria que a Teologia da Libertação impactou muito porque ajudou a Igreja a se conscientizar da dimensão sociopolítica e libertadora da fé, já que impulsionou o compromisso dos cristãos nos processos de transformação da sociedade e ajudou a reposicionar a Igreja na sociedade, colocando-a do lado dos pobres e dos marginalizados em sua luta por libertação.

**Pergunta 3 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Que nomes marcaram a história da Teologia da Libertação na América Latina, e especialmente no Brasil?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** Em primeiro lugar, é importante dizer que nunca houve a Teologia da Libertação no singular, mas muitas Teologias da Libertação na América Latina. Ela nasce desse esforço de compreensão e vivência da fé em um contexto de opressão, miséria e de injustiça e, frente a ele, diferentes teólogos articularam reflexões. Embora sempre se fale de uma Teologia da Libertação no singular, sempre houve diferentes correntes, em diferentes países da América Latina.

Antes mesmo de aparecer o nome Teologia da Libertação, já durante o Concílio Vaticano II aconteceu no Brasil, em 1965, um encontro em Petrópolis que reuniu teólogos de diversos países da América Latina, para tratar dos desafios da missão evangelizadora no continente. Nele estavam teólogos como Gustavo Gutiérrez, do Peru, Juan Luis Segundo, do Uruguai, Lucio Guerra, da Argentina. Na ocasião, quando, no final dos anos 1960, começaram a se dar conta que o desenvolvimentismo não se restringia ao desenvolvimento, mas demandava libertação, abriu-se uma perspectiva nova para a reflexão. Nem existia o nome Teologia da Libertação, mas no encontro foram discutidos desafios e rumos da ação evangelizadora da Igreja da América Latina.

Então, diferentes autores de diversos países, dialogando com diferentes correntes da filosofia e com as ciências sociais, desenvolveram uma reflexão teológica. Alguns nomes se destacaram mais, como Juan Luis Segundo, no Uruguai, Gustavo Gutiérrez, no Peru, Lucio Guerra e depois Juan Carlos Escannone, na Argentina, Ignacio Ellacuria, em El Salvador, aqui no Brasil, Leonardo Boff e Clodovis Boff. Mas, o mais importante é dizer que nunca houve a Teologia da Libertação, mas

várias correntes da Teologia da Libertação, e essa diversidade marcou profundamente o magistério da Igreja na América Latina, nas conferências do Episcopado Latino-americano, como Medellín, Puebla, depois, menos em Santo Domingo, e retomando com a Conferência de Aparecida.

**Pergunta 4 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): De que forma o contexto histórico influenciou o surgimento e o desenvolvimento dessas Teologias?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** Toda Teologia é filha de seu tempo. Toda Teologia é contextual. Só se entende, tanto nos problemas que aborda como no modo como os trata, a partir desse contexto. Não é diferente com as Teologias da Libertação. Por um lado, temos o contexto de renovação eclesial desencadeado pelo Concílio Vaticano II e sua recepção na América Latina, sem os quais não teria existido Teologia da Libertação. Por outro, se destaca o contexto sociopolítico, econômico e cultural específico da América Latina, continente majoritariamente cristão e pobre, marcado por profundas desigualdades e injustiças sociais e dominado por ditaduras militares. Portanto, pensar a presença e a ação da Igreja nesse mundo, nessa sociedade com essas características e desafios leva a elaboração de uma Teologia pastoral libertadora. Como a Igreja deve viver a sua fé e missão evangelizadora num contexto de pobreza, de miséria, de injustiças, de desigualdade e de ditaduras militares senão assumindo a causa dos pobres, senão comprometida com a luta pela justiça social, pela democracia e pela libertação de nossos povos? Então, só se pode entender as Teologias da Libertação a partir do contexto eclesial e do contexto sociopolítico.

**Pergunta 5 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Tendo em vista o cuidado e o compromisso da Igreja com os pobres, oprimidos e fracos desse mundo, expressos nos termos de uma *Igreja pobre para os pobres*, qual o papel da Igreja no combate à pobreza e a desigualdade social?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** Já no Concílio Vaticano II, um grupo de bispos e teólogos passou a se reunir frequentemente para tratar da relação entre Jesus, a Igreja e os pobres. Esse grupo ficou conhecido como *Igreja dos pobres*.

Fez parte desse grupo Dom Hélder Câmara e Dom Fragoso, Bispo de Crateús. Isso impactou muito o Concílio, embora não tenha se tornado o seu ponto decisivo. O documento sobre a Igreja, a *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, em seu número 8, fala claramente que assim como Jesus assumiu sua missão de maneira pobre e a serviço dos pobres, a Igreja deve assumir a sua missão no mundo: de maneira pobre e a serviço dos pobres.

No final do Concílio, um grupo de padres conciliares celebrou um pacto nas Catacumbas de Santa Domitila, fora dos muros de Roma, se comprometendo a viver uma Igreja pobre e servidora. Assim, um grupo de bispos passou a viver de maneira muito austera, próxima dos pobres e comprometida com eles. Um exemplo forte disso é Dom Hélder Câmara, que abandonou o palácio, foi viver na sacristia de uma Igreja e assumiu de modo radical o compromisso com os pobres. Tudo isso por uma razão evangélica.

As conferências do Episcopado Latino-americano sempre insistiram nesse aspecto, a ponto de usar uma imagem, desde Puebla e em todas as seguintes, para dizer que a Igreja é chamada a reconhecer no rosto dos pobres o rosto de Cristo. Na Conferência de Aparecida, por exemplo, o Papa Bento XVI recuperou essa tradição recordando e reafirmando que a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica. O Papa Francisco retomou essa ideia com muita força, retomando, inclusive, a imagem e expressão que foi usada por João XXIII em uma mensagem ao mundo um mês antes da abertura do Concílio: a Igreja que é de todos deve ser, antes de tudo, Igreja dos pobres.

O Papa Francisco, então, colocou no centro do seu magistério o desejo, o empenho e a busca por uma Igreja pobre e para os pobres. Na prática, o que isso significa e como se concretiza? No compromisso evangélico da Igreja com os pobres.

Isso se dá tanto de modo assistencial, como aconteceu ao longo da história da Igreja, socorrendo as pessoas nas suas necessidades imediatas, o que é importante, necessário e evangélico, mas se dá também no empenho pela transformação da sociedade, para que não haja pessoas em situação de miséria carecendo desse auxílio e dessa assistência emergencial.

Então, a opção preferencial pelos pobres possui muitos aspectos e o Papa Francisco os sintetizou muito bem. Ela implica proximidade, atenção e companhia com os pobres, além de assistência religiosa e às suas necessidades imediatas e implica

empenho pela justiça e pela transformação da sociedade. Portanto, trata-se de uma opção ampla e complexa que implica comunhão com os pobres, assistência em suas necessidades imediatas e compromisso com a justiça social e a transformação da sociedade.

**Pergunta 6 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Como você interpreta a aproximação entre religião e política? Acha pertinente? Destaca pontos positivos e negativos?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** A fé possui uma dimensão política fundamental. A fé diz respeito à entrega confiante a Deus e ao esforço de fazer a vida de acordo com a vontade Dele, o que se refere a todas as dimensões da existência, da esfera pessoal à política. A dimensão política da fé tem a ver com a preocupação, o empenho e a cooperação com uma sociedade mais justa e fraterna. Nesse sentido, não é possível prescindir da dimensão política da fé. O Papa Pio X chegou a dizer que o amor cristão tem uma dimensão política, incluindo uma caridade política, a forma mais perfeita de caridade cristã, abaixo apenas da caridade ou do amor voltado a Deus.

Além disso, toda a Doutrina Social da Igreja insiste nessa dimensão política da fé. O *Compêndio de Doutrina Social da Igreja* diz que a fé tem uma dimensão social que se dá não só no nível da assistência, mas que também inclui a política. É um ato de misericórdia dar um prato de comida a quem tem fome, mas também é um ato de misericórdia lutar para que não tenha ninguém passando fome.

Por isso, falar de dimensão política da fé é afirmar o empenho da Igreja com o bem comum, com a justiça social, com a destinação universal dos bens, com a organização da sociedade, de modo que favoreçam às condições para uma vida digna. Portanto, não há como prescindir da dimensão política da fé. Porém, isso é diferente do que temos visto nos últimos tempos, de uma instrumentalização e perversão do cristianismo em função do interesse de grupos políticos. Usar a fé e o Evangelho para defender grupos que são contrários aos direitos humanos, à justiça social, que defenda a destruição do meio ambiente e dos direitos trabalhistas é perverter a religião em prol do interesse de grupos contrários ao Evangelho. A dimensão política da fé e da dimensão evangelizadora da Igreja tem a ver, como deixa muito clara a *Doutrina Social da Igreja*, com o bem comum, com a justiça social, com

os direitos humanos, com a função social da propriedade e com tudo aquilo que promove vida, em todas as suas dimensões.

**Pergunta 7 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Quais desafios a Igreja enfrenta ao tentar desempenhar o papel social em contextos de violência e criminalidade?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** A violência é, sem dúvidas, um dos maiores dramas e desafios da sociedade atual. É importante compreendê-la em sua complexidade. A violência não se reduz ao homicídio, embora seja sua expressão extrema, e os altos índices de homicídio na sociedade são extremamente preocupantes, e até mesmo desesperadores. Mas a violência se concretiza, sobretudo, na injustiça social que condena milhões de pessoas a nascerem, sobreviverem e morrerem na miséria. A violência se concretiza na relação entre as pessoas, em situações específicas como a violência contra a mulher, contra os negros, contra a população LGBTQIAP+. A violência se concretiza na forma seletiva com que o Estado lida com a própria violência. A violência é também simbólica, já muitos discursos a reproduzem.

Então, em primeiro lugar, é importante que a gente se dê conta dessa complexidade da violência, de suas múltiplas expressões e de seus diversos atores.

Em segundo lugar, em um contexto de violência, o desafio e a tarefa primeira da Igreja é fomentar relações de respeito, de fraternidade e de cumplicidade e, por isso, uma missão importante das Igrejas inseridas em uma sociedade violenta é desenvolver e cultivar comunidades como lugares de fraternidade, de consolo e de ajuda mútua.

Em terceiro lugar, é preciso consolar e proteger as vítimas de violência e, logo após, denunciar aquelas formas mais estruturais de violência e, nesse sentido, a própria religião precisa se tornar um instrumento de paz, de reconciliação e de fraternidade. Por isso, é importante o cuidado contra a instrumentalização da religião para justificar o ódio, o preconceito, a discriminação e a justiça entendida como vingança.

**Pergunta 8 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Na sua opinião, por que o Papa Francisco tem feito muitas críticas ao sistema econômico dominante?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** De fato, essa é uma das características mais marcantes do magistério de Francisco. Ele tem sido muito claro, muito duro e muito contundente na crítica ao sistema dominante, que é o sistema capitalista. Tem dito, com todas as letras, que essa economia mata, que esse sistema é insustentável, que precisamos de mudanças estruturais. E por que isso? Porque esse sistema tem produzido muita morte, exploração e destruição do meio ambiente.

Na verdade, o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas um ideal de vida que leva consigo uma compreensão do ser humano, da natureza, da sociedade e até mesmo da religião, em que tudo é reduzido a recurso e mercadoria e, portanto, tudo vale em função do lucro. Isso reduz o ser humano a um ser de necessidades, fomenta relações de dominação e exploração, a destruição da natureza, a subordinação do universo religioso aos interesses do capital. Nesse sentido, o Papa Francisco tem feito críticas muito fortes para dizer que o sistema mata e nós precisamos de um outro sistema, que reconheça a dignidade fundamental do ser humano, que não o reduza a um ser de necessidades, que proteja e garanta a biodiversidade, que promova uma política interessada no bem comum e na justiça social. É aí que ele fala da necessidade de mudanças estruturais, em mudar as estruturas do mundo para proteger o meio ambiente, para possibilitar o desenvolvimento das relações humanas voltadas à fraternidade e a justiça social e, assim, para abrir o mundo ao mistério de Deus, que é o amor vivido entre as pessoas e com a natureza.

**Pergunta 9 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Na sua opinião, qual a relação entre Igreja e movimentos sociais na luta por direitos civis e políticos?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** Desde o final do século XIX, quando foi se desenvolvendo de uma forma mais articulada aquilo que se convencionou chamar de *Doutrina Social da Igreja* a partir das *Encíclicas Sociais*, a Igreja sempre destacou a importância e o papel de instâncias intermediárias entre os indivíduos e o Estado. Sobretudo ao longo do século XX, diante da tendência de absolutização dos interesses individuais pelo

capitalismo e diante da absolutização do poder do Estado pelos regimes comunistas, a Igreja sempre insistiu nessa instância intermediária, embora tendo compreendido e nomeado isso de diferentes formas: por exemplo, valorizou os sindicatos, as corporações, a sociedade civil.

Nessa mesma tradição, o Papa Francisco tem destacado e valorizado muito o papel dos movimentos populares. Já teve cinco encontros de lideranças de movimentos populares do mundo inteiro para discutir os grandes problemas do mundo, assim como caminhos de enfrentamento e solução. Ele está convencido de que a gente compreende melhor a sociedade a partir de baixo, das periferias. Da mesma forma que também está convencido de que é a partir daí que é possível gestar os caminhos mais realistas de mudança. É nesse sentido que o Papa Francisco tem valorizado muito os movimentos populares e a colaboração da Igreja com eles. O Papa fala dos *movimentos populares como poetas sociais* no sentido de serem criadores do novo, na base, na periferia, seja na linha de satisfação de necessidades imediatas, seja na construção de alternativas de trabalho, de moradia, na luta por direitos, na revitalização da democracia, na perspectiva de um mundo novo.

Por outro lado, ele fala dos *movimentos populares como bênçãos para a humanidade*, reconhecendo neles mediação de salvação. Como através de pequenos gestos, lutas e movimentos fecundam o mundo com a lógica do Evangelho, que é a lógica da fraternidade, da justiça e da paz, além de reconhecer a importância dos movimentos populares na luta por direitos e na revitalização da democracia, ele insiste que a atuação da Igreja na transformação da sociedade deve ser dar, sobretudo, a partir de baixo e desses movimentos que procuram transformá-la. Ou seja, os movimentos populares são os locais prioritários de colaboração e atuação da Igreja na transformação social. Daí a importância que o Papa Francisco confere a eles e ao papel da Igreja em colaborar, não tanto a partir de cima, mas de baixo, das forças populares que, indo ao encontro de suas necessidades, buscando resolver seus problemas, ajudam a transformar a sociedade em função do direito dos pobres, da justiça social, da paz e do bem comum.

**Pergunta 10 (Prof. Dr. Halwaro Carvalho): Poderia dar alguns exemplos da participação da Igreja em movimentos sociais no Brasil, e especialmente no Ceará?**

**Prof. Dr. Junior Aquino:** A Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, sobre as condições dos operários, já é um bom exemplo de como a Igreja assume a causa dos operários e mesmo em conflito com muitos movimentos marxistas e comunistas, possui papel decisivo na afirmação de direitos trabalhistas, inicialmente na Europa e, a partir daí, na América Latina e no Brasil. Esses direitos trabalhistas que vem sendo destruídos nas últimas décadas pela agenda neoliberal foram construídos, em grande parte, com a colaboração da Igreja.

Em segundo lugar, não se entende na América Latina, os movimentos por direitos e contra as ditaduras militares, pela redemocratização, sem a participação ativa da Igreja. No Brasil, isso é muito claro e evidente.

Um setor importante da Igreja assumiu de modo radical a luta pela democratização da sociedade, embora tantos outros também tenham se oposto à ditadura militar. No Brasil, a Igreja teve um papel muito importante contra o regime militar e pela redemocratização. Além disso, a Igreja tem uma relação muito intensa com os principais movimentos sociais do Brasil, como a Comissão Pastoral pela Terra, que é um serviço eclesial à luta camponesa, que teve e tem um papel muito importante no país na luta pela reforma agrária.

Além dele, o Conselho Indigenista missionário, que é um serviço eclesial à causa indígena, teve e tem um papel muito importante nas lutas indígenas pela demarcação de suas terras e pela afirmação de sua identidade cultural.

Outros movimentos mais recentes no Brasil, que são aqueles voltados para os catadores e catadoras de material reciclável e para as pessoas em situação de rua, tiveram e continuam tendo a colaboração muito importante da Pastoral do Povo da Rua, que é um serviço eclesial às pessoas em situação de rua, aos catadores e catadoras de material reciclável, na luta por seus direitos.

Eu poderia enumerar as várias lutas que temos no Brasil, e mais diretamente, no Ceará, a presença e a colaboração da Igreja nessas lutas minoritárias, já que a maioria não se compromete com essas lutas e com a dimensão sociopolítica da fé e muitos, inclusive, são contra os direitos humanos e a justiça social, mas o importante

é que não se entende essas lutas por direitos sem a atuação da Igreja. E o Papa Francisco é, sem dúvida nenhuma, a referência mais importante no mundo, hoje, de diálogo entre a Igreja e a sociedade, em geral, com os movimentos populares, de modo particular, e todas essas lutas por direito, por justiça social e por cuidado com a casa comum. As suas duas encíclicas sociais são uma expressão clara disso: a *Fratelli Tutti: Sobre a fraternidade e a amizade social*, voltada para as relações sociais, para a organização política da sociedade, e a *Laudato Sí, Sobre o cuidado da Casa Comum*, voltada para a questão ambiental. Além delas, ele chegou a afirmar, no segundo encontro com os movimentos populares, que bem poderia ser tomado uma mini-encíclica, a necessidade urgente de transformar as estruturas da sociedade, de modo que a relação da Igreja com os movimentos populares é um aspecto que marcou a atuação da Igreja ao longo do século XX no Brasil, de modo muito particular, e que ganhou centralidade e revigoração com o Papa Francisco.